

# O saber e o fazer jornalismo de dados no Ceará: um estudo sobre formação profissional e o uso de técnicas e ferramentas

## Knowledge and practice of data journalism in Ceará, Brazil: a study on professional formation and usage of tools and techniques

Rafael Rodrigues da Costa<sup>1</sup>

Naiana Rodrigues da Silva<sup>2</sup>

Thays Mariana de Oliveira Lavor<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é compreender a apropriação de procedimentos e ferramentas provenientes do Jornalismo de Dados por profissionais de redações do Ceará. Realizamos um estudo qualitativo de natureza exploratória (GIL, 2008, p. 27) a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionário. O questionário foi enviado para dez profissionais dos jornais O Povo e Diário do Nordeste. Dentre os resultados, destacamos a escassez de incentivo para aperfeiçoamento profissional proveniente das empresas.

**Palavras-Chave:** Jornalismo de Dados. Competências. Formação. Técnicas e ferramentas.

**Abstract:** The goal of this article is to understand the appropriation of proceedings and tools employed in Data Journalism by professional journalists from Ceará, Brazil. We conducted a qualitative study, with an exploratory approach, based in bibliographic and documental research, and also a survey. The survey was carried out with 10 informants from O Povo and Diário do Nordeste newsrooms. Among the results, we highlight the shortage of incentive for professional improvement coming from journalistic companies.

**Palavras-chaves:** Data Journalism. Skills. Formation. Techniques and tools.

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor do Curso de Jornalismo da UFC e integrante do grupo de pesquisa em Jornalismo PraxisJor (UFC)

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), professora do curso de Jornalismo da UFC e integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo PraxisJor (UFC) e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da ECA/USP.

<sup>3</sup> Mestranda em Comunicação pela UFC e integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo PraxisJor (UFC).

.....

## 1 Introdução

Uma das certezas do homem moderno é a de que a estabilidade não é eterna e, um dia, tudo irá mudar. Se a própria identidade dos sujeitos não é imanente, as estruturas e instituições sociais também não o são. O Jornalismo, cuja gênese remete à Modernidade, não está isento a esse movimento. De tempos em tempos, ele entra em crise influenciado pelas transformações sociais no seu entorno, e precisa se reorganizar, reordenar seus princípios, modelos e práticas.

Baseados nessas premissas, Charron e Bonville (2016) propõem uma nova historiografia para o Jornalismo. Eles partem da compreensão de que o Jornalismo sofre mudanças paradigmáticas que resultam na reorganização de suas estruturas mais sólidas. Essas transformações são pressionadas pela crise de um paradigma vigente que não dá conta da realidade que o cerca. A partir disso, os autores elaboraram um aparato teórico e metodológico que lhes permitiu observar a sucessão e coexistência de quatro paradigmas jornalísticos desde a emergência do Iluminismo até a contemporaneidade.

A história do Jornalismo, mais do que desenhar uma linha reta orientada para o progresso social e para a democracia, é pontuada por mutações paradigmáticas: a cada tipo de organização que aparece na história desde a criação dos primeiros jornais, corresponderia um tipo de jornalismo que seria ‘funcional’ porque mais bem adaptado às circunstâncias (CHARRON E BONVILLE, 2016, p. 36).

O jornalismo de transmissão é o primeiro a ser mapeado, sendo identificado historicamente na imprensa do século XVII. Nele, o impressor (jornalista ou não) é uma ponte entre leitores e fontes. O segundo paradigma é o do jornalismo de opinião. Nesse período, no século XVIII e XIX, os jornais são espaços de embates políticos e o discurso proferido destina-se a uma elite comercial e religiosa. Já o paradigma do jornalismo de informação é aquele marcado pela emergência da indústria de massa, sendo corrente no século XX, em que são trabalhados conteúdos generalistas com vistas a atingir um grande público. E, por fim, tem-se o paradigma do jornalismo de comunicação, que emerge nos anos 1970 e duela na atualidade com as reminiscências do paradigma do jornalismo de

informação. É marcado pela abundância informativa e concorrência acirrada entre empresas e entre os próprios jornalistas. (CHARRON E BONVILLE, 2016, pp. 28 - 30).

Em termos conceituais, os autores canadenses se referem de forma diferente aos responsáveis pelo ofício jornalístico filiados a cada um dos paradigmas: gazeteiro (paradigma de transmissão); redator (paradigma de opinião) e repórter (paradigma de informação). Eles não se arriscam a nomear o profissional do jornalismo de comunicação, pois falta certo distanciamento do próprio paradigma para se fazer essa avaliação. Seria o jornalista multimídia, de dados, convergente? Também não nos convêm, neste trabalho, estabelecer essa nomenclatura, mas considerar que o jornalista de dados é um dos profissionais imersos nesse novo paradigma jornalístico que o força a atualizar seu saber-fazer profissional para estar apto a ser um mediador da realidade social.

A noção de paradigma (no sentido de Kuhn, mas também no sentido dado pelos linguistas) sugere a ideia de um sistema normativo de referência de um conjunto de modelos práticos reproduzíveis por imitação. O paradigma é constituído pelo código de produção discursiva incorporado pelos jornalistas e pelo repertório de esquemas cognitivos adquiridos pela experiência e que condiciona a 'leitura e a interpretação do real' (CHARRON E BONVILLE, 2016, p. 46).

Quando os jornalistas atualizam seu repertório cognitivo ou se esforçam para tal estão se adaptando às mudanças paradigmáticas. Porém, aqueles que não conseguem ou não querem atualizar suas competências ou adquirir novas competências, podem ter como destino a saída das redações, caso atuem em grandes empresas jornalísticas, ou mesmo a saída do campo profissional do Jornalismo.

O paradigma jornalístico é produzido e reproduzido pela prática cotidiana e foi exatamente um elemento da construção desse paradigma, a aquisição de conhecimentos relativos ao jornalismo de dados e sua prática, que nos motivou a realizar essa pesquisa. Buscamos relacionar a prática de Jornalismo de Dados em centros emergentes com alternativas de educação continuada disponíveis para os profissionais, forma pela qual eles podem aprimorar seus esquemas cognitivos relativos à emergência do jornalismo de comunicação.

Para perceber essa relação, realizamos um estudo qualitativo de natureza exploratória (GIL, 2008, p. 27) a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de

questionário. O questionário foi enviado para dez profissionais dos jornais O Povo e Diário do Nordeste. Foram selecionados cinco jornalistas de cada veículo, cada um vinculado a editorias ou núcleos de cobertura temática diferentes: Cidade, Esportes, Economia, Política e Reportagem Especial.

Contudo, antes de apresentarmos os resultados obtidos, é preciso compreender o que compõe o saber e o fazer jornalismo de dados e como ele se articula com as demandas históricas e sociais vigentes.

## 2 Sociedade da Transparência

A lei de acesso à informação brasileira completa cinco anos em 2018, ano também em que o Congresso Nacional aprova projeto de lei que cria o cadastro positivo de consumidores<sup>4</sup> e no qual o mundo se surpreende com denúncias de vazamento de dados da rede social Facebook para a Cambridge Analytic, “empresa que faz análise de dados de comportamento para direcionar propagandas com uma finalidade, seja ela arrebanhar eleitores para um candidato ou consumidores para uma marca” (NEXO, 2018)<sup>5</sup>.

Todos esses fatos e instrumentos legais protagonizam o duelo entre o fundamento da transparência de informações e a privacidade individual por meio da proteção e sigilo dos dados. Tema caro às democracias, a transparência ganha mais relevo na virada para o novo milênio com as possibilidades de acesso a informações dispostas em diferentes bancos de dados. Apesar da defesa de seus entusiastas, a temática é plausível de cautela, é essa a mensagem deixada por Daniel Innerarity, na obra “A política em tempos de indignação”, (2017), quando se dedica a refletir sobre o quão democráticas são de fato as ações de transparência engendradas na esfera pública contemporânea.

O autor alerta que a transparência deve ser usada em uma medida justa, não sendo “saudável” para as democracias tomá-la como princípio norteador. Esse é também o temor do filósofo coreano Byung-Chul Han (2017), para quem a transparência está virando um fetiche

---

<sup>4</sup> <http://www.valor.com.br/politica/5514945/camara-aprova-texto-base-do-cadastro-positivo>

<sup>5</sup> <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo>

na sociedade contemporânea, justificando assim a performance de ações totalizantes que marcam a passagem para um paradigma social no qual a negatividade é dissolvida em prol de uma positividade absoluta. “As coisas se tornam transparentes quando eliminam de si toda e qualquer negatividade, quando se tornam rasas e planas. quando se encaixam sem qualquer resistência ao curso raso do capital, da comunicação e da informação” (HAN, 2017).

A transparência dos atos políticos para o público é uma herança iluminista. Rousseau, em seus escritos, no século XVIII, proclamava a era da verdade e da confissão, marcando uma virada paradigmática, pois o comportamento social de então assemelhava-se ao teatro. Para o filósofo francês, o teatro era uma dissimulação, um disfarce que fazia o sujeito distanciar-se de quem realmente era. “Assim, Rousseau prefere cidades menores, visto que nelas ‘cada sujeito sempre está sob o olhar da publicidade e se transforma em juiz natural dos costumes e da moral do outro’ e a ‘política pode manter o controle sobre todos’. A sociedade da transparência de Rousseau mostra ser uma sociedade de controle da vigilância total”, (HAN, 2017).

Na contemporaneidade, a transparência orienta uma verdadeira “vigilância democrática”, antes impensada em sociedades de “assimetria informativa” (INNERARITY, 2017). Essas práticas motivaram Innerarity a considerar que vivemos no que ele pondera ser uma “sociedade da observação”. Em linhas gerais, é a organização social que prima pela construção de espaços públicos de vigilância, que se voltam, sobretudo, para a publicização de ações políticas.

De forma simples, o princípio que motiva essa vigilância é o de que a opacidade e o segredo favorecem os erros, enquanto a observação pública tende a interpelar os sujeitos a terem comportamentos “corretos”. Apesar de a vigilância ser um elemento legítimo para a construção de um espaço democrático, Innerarity (2017) adverte que quando ela se absolutiza e a democracia passa a ser vivida “em direto”, um dos efeitos é a proteção dos atos e discursos pelos próprios sujeitos políticos. Esse resguardo torna os discursos políticos previsíveis e vazios, o que motiva o descontentamento da população com seus representantes.

A transparência figura como um aparato democrático necessário, como observa Innerarity (2017), fazendo com que a cidadania possa de fato ser exercida por meio do

controle daqueles que ocupam cargos eletivos, da compreensão dos processos decisórios e da confiança nas instituições políticas. A Lei de Acesso à Informação (LAI) pode ser considerada como um desses instrumentos de transparência que auxiliam na garantia não só do acesso às informações públicas, mas à própria garantia dos Direitos Humanos. Contudo, para promover a cidadania e os direitos, é preciso antes romper com discursos falaciosos que circundam a transparência, um deles é a crença de que basta tornar os dados acessíveis. Innerarity (2017) adverte que a democracia só estará acontecendo de fato quando o público puder interpretar os dados acessíveis. “(...) é preciso interpelá-los, entender as condições em que foram produzidos, sem esquecer que geralmente apenas dão conta de uma parte da realidade”.

Para a transparência ser efetiva faz-se cada vez mais necessária a presença dos mediadores, pessoas que disponham de “tempo e competência”, nas palavras do autor, para contextualizar, questionar e atrelar os dados à realidade social. Essa mediação deve ficar a cargo dos meios de comunicação e dos agentes do sistema político. E antes que se argumente que os mesmos não são dignos de confiança, Innerarity (2017) já rebate afirmando que ambos são passíveis de serem melhorados e não podem ser considerados prescindíveis, descartáveis em qualquer sistema que se autodenomine democrático.

Daí a necessidade de os jornalistas se empoderarem de conhecimentos que lhes possibilitem desempenhar essa mediação social valendo-se das ferramentas de transparência. O papel desse profissional não é apenas técnico, de transcrição das grandes variáveis para cenas cotidianas, mas se traveste de uma missão moral de reforço da confiança dos sujeitos nas instituições sociais e na própria democracia. Afinal, como observa Han (2017), a moral da sociedade contemporânea se tornou frágil dada a perda de relevância da honestidade e da sinceridade.

A exigência por transparência torna-se realmente aguda quando já não há mais confiança, e na sociedade pautada na confiança não surge qualquer exigência premente por transparência. Por isso, a sociedade da transparência é uma sociedade da desconfiança e da suspeita, que, em virtude do desaparecimento da confiança, agarra-se ao controle. (HAN, 2017).

Esse elo de confiança será reestruturado por meio de narrativas jornalísticas que não só publicizam informações, mas transformam-nas em narrativas, um modo de organização dos sentidos do mundo que está se perdendo em meio a uma crise de dispersão, dissociação e dessincronia temporal instaurada pela aceleração da vida cotidiana (HAN, 2017). As narrativas derivadas da prática do jornalismo de dados são, portanto, capazes de restabelecer essa ordem. É certo que estas não têm devoção à linearidade da modernidade, contudo, mesmo por meio da não-linearidade, são expressões, registros da memória do tempo presente e resta ao jornalista ser capaz de contar essa história que é composta por dados e sujeitos.

### **3 Competências profissionais e jornalismo de dados**

Desde seus primórdios, com a publicação de folhas volantes, avisos e libelos no século XVI, as atividades de difusão de notícias são marcadas por algum tipo de competência associada a seus produtores (GUERRA, 2003). Guerra (2003, 2008) define competência em termos do domínio de técnicas que incidem sobre o desempenho dos jornalistas. Conforme o autor, o trabalho jornalístico requer o domínio de três técnicas - cognitiva, de conduta e de produção – que irão nortear o comportamento, a elaboração dos conteúdos e a responsabilidade social desses profissionais.

Essas técnicas possuem um componente normativo e conceitual (as técnicas cognitivas), que definem como deve ser realizado o trabalho, além de um componente prático (as técnicas de conduta e de produção), que busca efetivar a orientação normativa e conceitual no processo de produção jornalística. Em função disso, é possível afirmar que as técnicas de conduta e de produção representam a ação metodologicamente orientada pelas técnicas cognitivas. Quanto mais eficaz e eficientemente os profissionais manejarem essas técnicas, maior a chance de obterem um desempenho satisfatório (GUERRA, 2008, p. 173).

No curso da profissionalização dos jornalistas, acentuado a partir do início do século XX com a adoção de um modelo industrial empresarial para a profissão, o repórter passa a apresentar uma configuração específica de competências, referidas por Guerra (2003) como se segue:

A função do repórter vai provocar uma maior especialização de duas competências profissionais: a cognitiva e a de conduta. A primeira, em função da maior dedicação

à uma atividade específica, cobrindo com maior ou menor frequência as mesmas áreas temáticas, o profissional construía internamente uma memória dos acontecimentos que o qualificava a melhor entender os movimentos posteriores. (p. 10)

Especialmente no que concerne às técnicas cognitivas do jornalista, é necessário, por parte do profissional, domínio conceitual e normativo dos aspectos institucionais e organizacionais, por um lado, e dos aspectos relativos à área temática e à audiência, por outro. Também deve ser considerado um terceiro aspecto: o ambiente de convivência, tanto da própria organização na qual o jornalista atua quanto das organizações objeto de sua cobertura (GUERRA, 2008, p. 173).

Desse modo, pode-se falar de uma relação entre competências e a noção de rotina, que para Sousa (1999, p. 26) é um “processo convencionalizado e algo mecanicista de produção de alguma coisa que, sem excluir que determinadas pessoas tenham rotinas próprias ou que a cultura e o meio social afetem essa produção, me parece obedecer essencialmente a fatores socioorganizacionais.”

No jornalismo, para o mesmo autor, rotinas podem ser consideradas como respostas práticas às necessidades das organizações noticiosas e dos jornalistas. Como afirma Traquina (2001), as rotinas jornalísticas têm por necessidade serem produtivas. Para os órgãos de informação, a adoção de protocolos e ações padronizadas representam um “subsídio informacional”, pois permitem tornar mais ágil e racional a elaboração do produto final.

Ponderando sobre as rotinas de produção no jornalismo digital, Bertocchi (2013) propõe que a notícia deixa de ser entendida como um produto final, cedendo lugar à compreensão de que a narrativa jornalística é resultado de agenciamentos sistêmicos realizados de forma coletiva por diversos atores: jornalistas, engenheiros, designers, webmasters, especialistas em negócios, arquitetos de informação, usuários, robôs, softwares, algoritmos, entre muitos outros. Nesse contexto, o jornalista atua sobretudo nas camadas de *frontend* do sistema, isto é, etapas mais visíveis para o usuário final. Já os algoritmos, por sua vez, podem se constituir em agentes dentro dessa rotina em níveis mais subterrâneos, coletando e organizando de forma automatizada.

Do ponto de vista das competências, o entendimento de que os jornalistas podem se familiarizar com técnicas de raspagem de dados, construção de bots (robôs capazes de executar tarefas em bases de dados) ou visualização de informação em escala massiva vincula-se ao que Guerra (2008) considera ser técnicas de produção, posto que interferem nas tarefas práticas executadas pelo jornalista. Informantes ouvidos por Lavor e Costa (2017, no prelo) em levantamento realizado nos núcleos de jornalismo de dados de O Globo e O Estado de S. Paulo destacam a dupla natureza do trabalho dos jornalistas que trabalham com bases de dados e algoritmos: além das competências tradicionais do repórter, é tido como desejável o conhecimento em softwares e bases de dados.

Os informantes, contudo, atentam para o acúmulo de funções dos jornalistas, que em alguns casos aprendem técnicas e linguagens de programação como upgrade em relação a conhecimentos já considerados básicos, como o manejo de planilhas. Nos núcleos de jornalismo de dados mencionados, cumpre notar a ocorrência de profissionais sem formação jornalística nas redações, integrando equipes de trabalho multidisciplinares, sendo o mais comum a presença de jornalistas, designers e programadores.

A necessidade de atualização em áreas essencialmente não-jornalísticas é uma tendência verificada nesse levantamento: os profissionais adentram um novo campo de competências que lhes permite lidar com volumes extensivos de dados, o que possibilita coberturas de maior impacto jornalístico. A inclusão de atores não-humanos (bots, raspadores de dados, softwares de análise estatística) é tida como elemento imprescindível de certas etapas da produção jornalística, no caso dos informantes entrevistados.

Tais apontamentos corroboram o estudo de Träsel (2014) sobre o ethos e as crenças dos jornalistas de dados no Brasil, uma vez que o autor identifica, nessa investigação, a prevalência do que chama de cultura hacker como elemento norteador das práticas desses profissionais. Nesse sentido, pondera Träsel (2014), a colonização do ethos jornalístico pelos valores da cultura hacker se manifesta com clareza entre os profissionais praticantes do jornalismo de dados, considerando que funções desempenhadas por esses jornalistas impõem o domínio de procedimentos técnicos e a colaboração com profissionais e diletantes da área da informática.

A pesquisa de campo realizada por Träsel (2014), em O Estado de S. Paulo, evidenciou duas características que parecem ser específicas dos jornalistas guiados por dados: as crenças no cooperativismo e na tecnofilia típicos da cibercultura. Por outro lado, estes profissionais demonstram uma forte ligação com a identidade jornalística convencional através da valorização da objetividade, como quando alertam para a necessidade de apuração *in loco* somada aos esforços de reportagem assistida por computador (“entrevistar planilhas”, por exemplo). Essa atitude revela crença no procedimento técnico da observação possibilitada pelo testemunho presencial do jornalista, um contraponto mais tradicional às variantes de “jornalismo sentado” popularizadas pela profusão de computadores e conexões à web nas redações.

Entretanto, uma das vantagens da prática do jornalismo de dados, ainda segundo a pesquisa de Träsel (2014), é a obtenção de dados de forma a reconfigurar a relação com fontes humanas, que não seriam mais a origem preferencial dos dados a serem tornados públicos. A objetividade, nesse sentido, seria estabelecida pela contraposição entre aquilo que as autoridades, especialistas e outras fontes humanas afirmam e os dados disponíveis a respeito de um determinado tema. Aqui, a discussão intersecciona o debate sobre transparência realizado na seção anterior, considerando a dimensão de promoção dos valores democráticos e minimização de desvios e desmandos que esta seria capaz de engendrar.

#### **4 Metodologia**

Este artigo se vincula a um paradigma qualitativo, valendo-se de pressupostos da pesquisa interpretativista, que se preocupa, entre outras coisas, em compreender como os atores sociais se comunicam, o que pensam e o que sentem (EASTERBY-SMITH et al, 2008). É também uma diretriz desse tipo de pesquisa a preocupação em interpretar a realidade social a partir do que ela significa para o ator observado. A pesquisa também se caracteriza como exploratória (GIL, 2008, p. 27), pois busca proporcionar maior familiaridade com a questão da formação e treinamento dos jornalistas de dados.

Os dados que subsidiam esta investigação foram coletados a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionário com perguntas abertas. O

questionário foi enviado em maio de 2018 para dez profissionais dos jornais O Povo e Diário do Nordeste, de Fortaleza, Ceará. Foram selecionados cinco jornalistas de cada veículo, cada um vinculado a editorias ou núcleos de cobertura temática diferentes: Cidade, Esportes, Economia, Política e Reportagem Especial. O grupo selecionado possui faixa etária que varia de 24 a 50 anos de idade, conforme Figura 1, a seguir.

## Idade

10 respostas

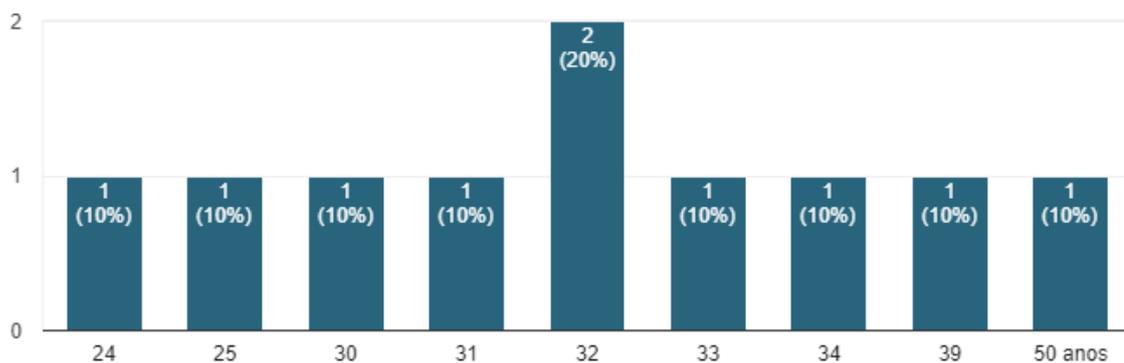


FIGURA 1 - idade dos informantes da pesquisa  
FONTE - levantamento dos autores

Já em relação ao tempo de profissão de cada um, novamente a amostra se mostra heterogênea, compreendendo jornalistas com maior ou menor tempo de formação. Embora haja, dentre os 10 jornalistas consultados, 4 que informaram ser formados em Jornalismo há 9 anos, o restante dos informantes está compreendido num intervalo de tempo de formação que vai de 1 a 24 anos. Dos 10 informantes, 3 afirmaram trabalhar em redação há 8 anos. Os demais informantes possuem tempo de trabalho em redação que varia de 1 a 22 anos.

Do ponto de vista da validade amostral desse grupo de jornalistas, ressaltamos que se trata de uma amostra não-probabilística por conveniência, isto é, foram procurados jornalistas que se encontravam acessíveis no momento da realização desta investigação. Os resultados obtidos não são generalizáveis a qualquer grupo de jornalistas, devendo ser compreendidos

dentro do contexto das práticas profissionais do mercado cearense podendo, obviamente, se aplicar a outras realidades, ressalvadas as questões já aludidas.

As perguntas encaminhadas, via formulário, aos profissionais, buscam caracterizar as rotinas produtivas desses sujeitos, considerando a prática da investigação jornalística em seus ambientes de trabalho. É também propósito desse instrumento compreender como os profissionais caracterizam o jornalismo de dados, se o praticam e em quais condições, bem como as competências e técnicas mobilizadas no exercício do jornalismo, entre elas o domínio de linguagens de programação. Um segmento final do questionário se ocupa da descrição das iniciativas de formação continuada às quais os informantes se submetem, seja por conta própria, seja por iniciativa das empresas que empregam esses profissionais. Os dados foram reunidos numa planilha a partir da qual foram agrupadas as respostas às mesmas perguntas. Foi usada a plataforma Google Docs para obtenção das respostas.

Os procedimentos de análise dos dados incluem a triangulação das diferentes fontes de evidências, na forma de um texto interpretativo em que os seguintes operadores de análise são explorados: a) a noção de competência de produção e b) os esforços de formação e sua relação com o aprimoramento das competências profissionais. Serão realizados, quando pertinentes, apontamentos sobre o contexto local e regional em que os profissionais atuam, de forma a melhor caracterizar as análises.

## **5 Análise de dados**

Os dados analisados nesta pesquisa apontam para as seguintes constatações e/ou tendências:

- a) A formação continuada para jornalistas pode partir da iniciativa da empresa que os contrata, como ocorre em uma das duas instituições às quais os informantes estão vinculados, assim como pode estar a cargo exclusivamente do profissional, que nesse caso assume feições de “empreendedor de si”;
- b) As concepções dos informantes sobre jornalismo de dados enfatizam a capacidade de interpretação, análise e leitura de cenários da realidade, eventualmente destacando as

- bases de dados públicas e privadas como elemento caracterizador dessa prática, aproximando-a de uma busca por transparência e *accountability*;
- c) Os informantes consideram que o jornalismo de dados compete, primordialmente, ao domínio de competências de produção, isto é, aquelas que permitem ao profissional a execução de tarefas específicas, essencialmente vinculadas ao exercício de técnicas e procedimentos no contexto de uma rotina de produção. Eles consideram também positiva a criação de uma editoria ou núcleo destinado exclusivamente ao exercício do JDBD, pois assim, o que favoreceria o desenvolvimento de reportagens com mais aprofundamento e relevância.
- d) A investigação jornalística é tratada como parte do processo de apuração de reportagens baseada no uso de dados provenientes, sobretudo de repositórios públicos, e que visam à revelação de temas, informações e fatos ocultos. É destacada como um procedimento destinado a casos “especiais” que não atendem ao imperativo da velocidade da rotina de produção de notícias factuais.

O aperfeiçoamento das competências dos jornalistas que serviram de informantes para essa pesquisa depende, majoritariamente, da iniciativa própria dos profissionais e não encontra total amparo institucional das empresas às quais esses jornalistas estão vinculados contratualmente. Essa é uma das constatações do levantamento realizado junto a 10 jornalistas dos dois principais veículos impressos de Fortaleza, Ceará. Dos 10 respondentes, 6 (60%) afirmam não existir política de formação continuada nas empresas jornalísticas em que atuam.

Alguns informantes (quatro ao todo) citam a existência de seminários, cursos, palestras e workshops como iniciativas de formação. Esses jornalistas trabalham em uma das empresas jornalísticas em que os informantes foram contatados. Os demais respondentes mencionam, em sua maioria, a inexistência atual de programas de desenvolvimento ou formação. “Já teve. Mas não tem mais nada”, afirma um dos informantes, em referência à política da segunda empresa, em que metade dos respondentes trabalhava no momento na coleta dos dados.

Sobre a frequência em que as iniciativas de qualificação ocorrem, os respondentes do primeiro grupo acima, em sua maioria, observam não haver padronização, isto é, as iniciativas de formação não são contínuas, de acordo com esses jornalistas. Três dos respondentes indicam periodicidades que variam entre “semanal” e “anual”, enquanto os demais afirmam não haver atividades de formação. Metade dos respondentes (cinco) afirmam ter participado dessas iniciativas de formação, enquanto a outra metade declara não ter participado.

Parte das iniciativas de formação oferecidas pelas empresas envolviam o uso de dados, de acordo com o relato dos respondentes. Três deles informam ter participado de formações dessa natureza, dois deles mencionando o uso de Microsoft Excel nessa formação. As demais formações incluem congressos, palestras, cursos de extensão e de línguas.

A pesquisa também revela que os profissionais, em sua maioria, possuem a percepção de que a formação continuada é importante para atualização profissional e leitura mais precisa da realidade, razão pela qual muitos deles se dedicam, por conta própria, a diferentes modalidades de formação. Do total de respondentes, 70% (7 dentre 10) declaram realizar formações por conta própria, em competências ligadas a jornalismo de dados, investigação e fact checking.

A formação continuada no campo do JDBD fica relegada ao interesse e objetivos de cada jornalista, por conta disso, poucos são os que buscam cursos específicos em Jornalismo de Dados, totalizando quatro dos dez jornalistas entrevistados. A Abraji e o Knight Center aparecem nas menções aos cursos realizados por estes profissionais por meio da modalidade à distância. O desinteresse dos demais profissionais pela formação pode ser relacionado com a noção ainda rudimentar do que seja o Jornalismo de Dados e de sua importância para a prática investigativa.

Diante disso, percebe-se a ausência de incentivo para aperfeiçoamento profissional em jornalismo de dados proveniente das empresas. Invariavelmente, os profissionais não obtiveram redução de carga horária de suas empresas, nas ocasiões em que estavam conciliando trabalho e formação, o que também pode colaborar como entrave para a

atualização dos esquemas cognitivos e desenvolvimento de novas competências técnicas de produção pelos profissionais.

Sobre a definição de Jornalismo de Dados, é interessante ressaltar que dois respondentes o consideram como um método adotado na prática profissional. “Método de apuração e escrita que tem como finalidade apresentar cenários de maneira concreta e contínua, baseado em números, que permitem análises mais precisa sobre a evolução de determinada situações”. Outros dois associam essa definição à ideia de curadoria de informações. “Eu diria que jornalismo de dados é o trabalho de análise, curadoria, interpretação e cruzamento de dados numéricos para fins jornalísticos, possibilitado através de diferentes ferramentas da tecnologia digital, com o objetivo sobretudo de produzir reportagens e elaborar trabalhos acadêmicos”.

Essas definições condizem com o que Barbosa (2013) observa como sendo algumas das funcionalidade do jornalismo guiado por dados:

- 1) integrar os processos de apuração, composição, documentação e edição dos conteúdos; 2) orientar e apoiar o processo de apuração, coleta, e contextualização dos conteúdos; 3) regular o sistema de categorização e qualificação das distintas fontes jornalísticas, indicando a relevância delas; 4) habilitar o uso de metadados para análise de informações e extração de conhecimento, por meio de técnicas estatísticas ou métodos de visualização e exploração como o data mining. Também assegurando a aplicação da técnica do tagging; e 5) garantir a flexibilidade combinatória e o relacionamento entre os conteúdos.

Entre os demais, respondentes, um não soube precisar a definição de Jornalismo de Dados e os outros cinco ensejaram respostas curtas mas corretas do ponto de vista de uma aproximação conceitual. Portanto, há uma atualização cognitiva desses profissionais no que diz respeito ao reconhecimento do que seja o Jornalismo de Dados.

No que diz respeito à prática do jornalismo investigativo, embora acreditem que a investigação jornalística requiera um pouco mais de tempo para aprofundamento do tema, pluralidade de fontes e checagem de fatos, dos quatro profissionais que citaram exemplos de conteúdos jornalísticos investigativos, apenas um apresentou material condizente com os critérios elencados por ele e pelos demais como de investigação jornalística. Ou seja, com diversidade de fontes e aprofundamento do tema.

O jornalismo investigativo sai do factual, contextualiza, desvenda as causas e origens dos acontecimentos e, por meio da verificação dos fatos, busca a precisão, além de democratizar informações antes escondidas da sociedade (SEQUEIRA, 2005). Além disso, destaca-se que um profissional confundiu jornalismo investigativo com jornalismo sobre investigações, diferenciação essa já amplamente estabelecida em termos acadêmico-conceituais e pragmáticos. Apesar de reconhecer que toda prática jornalística pressuponha alguma investigação, Sequeira (2005) avalia que o jornalismo investigativo, pelo processo de trabalho do profissional, métodos de pesquisa e estratégias operacionais, pode ser definido como uma categoria jornalística à parte.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), instrumento de transparência e que pode ser auxiliar na apuração de reportagens, é conhecida por 90% dos entrevistados, apenas um profissional a desconhece. Entretanto, somente três jornalistas já fizeram uso da Norma em suas pautas.

Dos softwares utilizados para análise de dados, o Excel foi o único citado pelos participantes da pesquisa, na verdade por três profissionais. As respostas indicam um desconhecimento da importância de outras ferramentas para o exercício das atividades diárias, o que indica a necessidade de transformação do saber, aquele da esfera do domínio cognitivo, em fazer, por meio do exercício desse saber, o que marcaria a atualização da competência técnica de produção desses profissionais.

Outro ponto digno de destaque é que nenhum dos profissionais consultados sabe programar e todos desconhecem qualquer linguagem de programação. Mas 90% do grupo acredita que ter conhecimento em programação pode aprimorar o jornalismo, no sentido da atuação *frontend* dos sites e na construção de peças jornalísticas, contudo não como algo que contribui para a investigação de reportagens.

Esse pensamento está na contramão do que ocorre nas principais redações jornalísticas do mundo e também nacionais, onde o aprendizado de uma linguagem de programação se apresenta como tendência de conhecimento a ser incorporado pelos jornalistas, como algo que vem a contribuir para o aprimoramento das investigações.

## 6 Considerações finais

Observamos que as empresas jornalísticas locais oscilam entre um modo de operação tradicional, em que a prática é por si só um elemento de aperfeiçoamento, não sendo tida como necessária a formação adicional, e uma visão em que a educação parece ser vista como investimento para a formação de quadros mais produtivos. Nos dois casos, o contexto é o de retração dos investimentos em pessoal, que cedem lugar às reformas administrativas com vistas ao enfrentamento da crise.

Ressalte-se que os esforços individuais de formação continuada parecem se aproximar das práticas de empreendedorismo de si, um modelo de subjetivação em que os sujeitos orientam suas vidas como se estivessem gerenciando uma empresa (LAVAL E DARDOT, 2013). Para empreender a si mesmo, o trabalhador investe em capacitações, reciclagens, formações e toda a sorte de cursos e processos de aquisição de saberes e experiências que lhe garantam atualização e, conseqüentemente, colocação no mercado.

Apesar dessa mentalidade, o que percebemos por meio da pesquisa junto aos profissionais cearenses é um descompasso entre o saber e o fazer jornalismo de dados. Eles são capazes de definir e reconhecer a relevância do Jornalismo de Dados e do Jornalismo Investigativo, porém lhes falta a expertise técnica, a competência de produção para tal, esta que, infelizmente, não será apreendida por mimetismo das práticas de outros profissionais da redação, a exemplo do que acontecia nas redações até a emergência do paradigma do jornalismo de comunicação (CHARRON e BONVILLE, 2016).

O desenvolvimento das competências profissionais voltadas para o saber-fazer Jornalismo de Dados pode se dar por meio de formações formais e contínuas e da interlocução com outros agentes de distintas áreas de conhecimentos. Assim, o jornalista ocupará com competência e consciência o lócus de mediador social na sociedade da transparência.

## Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Susana. O ‘Paradigma jornalismo digital em base de dados’: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. In **Galaxia**. São Paulo, n. 25, p. 152-164, jun. 2013.
- \_\_\_\_\_, Susana. Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração. In **Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line**. Salvador: FACOM, UFBA, 2008.
- CHARRON, Jean e BONVILLE, Jean de. **Natureza e Transformação do Jornalismo**. Florianópolis: Insular. Brasília: FAC Livros, 2016.
- EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard; JACKSON, Paul. **Management Research**, SAGE Publications Ltd., London, 2008.
- GUERRA, Josenildo. O nascimento do jornalista moderno - uma discussão sobre as competências profissionais e os usos da informação jornalística. **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belo Horizonte, 2003.
- GUERRA, Josenildo. **O Percurso Interpretativo na Produção da Notícia**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

LAVOR, Thays; COSTA, Rafael. **Algoritmos em narrativas jornalísticas: implicações nas rotinas produtivas e nas competências profissionais**. No prelo, 2017.

MEYER, Philip. **O que é Jornalismo de Dados. Manual de Jornalismo de Dados**. 2014.  
Disponível em: [http://datajournalism-handbook.org/pt/introducao\\_0.html](http://datajournalism-handbook.org/pt/introducao_0.html).

SEQUEIRA, Cleofe. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** - volume 1 - porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular.

TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas: estudo das crenças de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação Social): Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.